



A UTILIZAÇÃO DO *PODCAST* COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA ESTUDANTES CEGOS

Gilberlânia Soares da Silva¹
Adriana Moreira de Souza Corrêa²
Antônio Rodrigues Sobrinho Filho³
Egle Katarinne Souza da Silva⁴

RESUMO

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) estão cada vez mais presentes no contexto escolar, desta forma, torna-se imprescindível investigar as suas contribuições no processo de inclusão dos alunos com deficiência ou que apresentam limitações no acesso ao conhecimento. Assim, esta pesquisa aborda a inserção das TDICs na sala de aula e objetiva discutir as contribuições do uso do *podcast* como ferramenta inclusiva para os alunos cegos. Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa básica, de caráter exploratório, além da com dados oriundos da revisão bibliográfica que versa sobre a temática. Os resultados apontam que a utilização desta ferramenta auxilia os estudantes no acesso às discussões presentes no texto, no desenvolvimento da criticidade, autonomia de estudo, trabalho em equipe, entre outros, abrangendo as competências cognitivas e as socioemocionais. Nesse processo, ressaltamos que o papel dos professores é primordial para que ocorra a inserção e integração das TDICs nas salas de aulas e que essas sejam utilizadas de maneira inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão, *Podcast*, Tecnologias, Aprendizagem, Ensino.

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é uma orientação assegurada em legislações educacionais a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394, nos artigos 58, 59 e 60 que abordam a Educação Especial (BRASIL, 1996). Nesse documento são elencadas diferentes condições e ações necessárias para a implementação dessa modalidade da educação, tais como a formação docente, a aquisição e disponibilização de serviços, recursos, organização específicas para atender as pessoas com deficiência de maneira a oferecer a esses estudantes condições equânimes de aprendizagem.

¹ Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Professora da Rede Estadual de Ensino da Paraíba, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte- UERN, gildaassessoria@gmail.com;

² Professora de Libras da UFCG, adriana.korrea@gmail.com;

³ Licenciado em Pedagogia e Bacharel em Direito pela UFCG, Mestrando em Relações Públicas e Cooperação Internacional pela Universidade Federal da Paraíba- UFPB, naldo_cz@hotmail.com;

⁴ Gestora da ECIT Cristiano Cartaxo, Mestra em Sistemas Agroindustriais pelo Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da UFCG, eglehna@gmail.com;



Assim, pensar na educação na perspectiva inclusiva pressupõe uma mudança de paradigma educacional, em outras palavras, nos convida a repensar a concepção de educação de modo que as nossas práticas acolham todos os alunos, promova a vivência na diversidade humana e promova formas de construção do aprendizado adequadas à todos os estudantes (MANTOAN, 2015). Para desenvolver essas ações, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) podem funcionar como ferramenta facilitadora tanto para o aprendizado das pessoas que não possuem deficiência quanto para os alunos com deficiência, à medida que pode tornar o conteúdo acessível e proporcionar a aprendizagem de estudantes cegos e videntes em diferentes espaços sociais, sobretudo, no ambiente escolar.

Entre as TDICs, definimos como ferramenta a ser analisada no estudo desta pesquisa a ferramenta *Podcast*, que faz parte da web 2.0, e está cada vez mais presente nas diversas atividades realizadas em diferentes esferas da sociedade e, por isso, pode ser utilizada como intermediário no processo de aprendizagem dos estudantes cegos.

Desse modo, esta pesquisa se justifica pela necessidade dos educadores compreenderem as contribuições do *Podcast* como ferramenta que permite a inclusão do estudante cego, possibilitando o acesso aos conteúdos. Isso porque acreditamos que as ferramentas como o *Podcast* podem ser inseridas em uma prática de ensino inclusiva, desde que utilizadas de forma consciente e planejada e, assim, poderão contribuir para o desenvolvimento e favorecer o desempenho acadêmico dos alunos cegos e videntes. O *Podcast*, por ser uma ferramenta que se pauta na oralidade permite a adequação do conteúdo às necessidades dos estudantes cegos, que acessam o texto de maneira diferenciada, pela audição ou tato, e os alunos videntes, simultaneamente, possibilitando o acesso de todos às informações e reflexões veiculadas nesse meio digital.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo principal abordar o uso das TDICs, de modo específico, a ferramenta *Podcast* como um recurso digital que pode contribuir na aprendizagem dos alunos cegos e videntes em salas de aula da educação inclusiva.

Para tanto, utilizamos como metodologia a pesquisa básica, de caráter exploratório, pautada em uma revisão bibliográfica baseada na legislação e na literatura que versa sobre o assunto. Os dados coletados nas análises dos artigos e trabalhos completos presentes em anais de eventos selecionados para composição do *corpus* foram analisados em uma abordagem qualitativa.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente tem-se a introdução, a qual situa o leitor sobre a temática, objetivos e estrutura da pesquisa, a seguir é apresentada a



metodologia, abordando sobre o processo de desenvolvimento do escrito. Na sequência encontra-se as seções que abordam sequencialmente sobre a educação inclusiva, pressupostos acerca das tecnologias digitais no ensino, o *podcast* enquanto ferramenta de inclusão para deficientes visuais, e por fim as considerações e referências bibliográficas.

METODOLOGIA

Para identificar as contribuições do *Podcast* na educação inclusiva de estudantes cegos empreendemos uma pesquisa de natureza básica tendo em vista que “objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da Ciência, sem aplicação prática prevista” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 34). As autoras destacam que os conhecimentos apreendidos neste tipo de estudo possibilitam o desenvolvimento do conhecimento que, posteriormente, pode ser utilizado para subsidiar as pesquisas aplicadas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória, pois objetivamos obter maior familiaridade com o problema (GIL, 2002). O embasamento teórico é de cunho bibliográfico, por tratar de estudos realizados por meio de livros, textos acadêmicos impressos e digitais. Para Marconi e Lakatos (2010) essa metodologia de coleta de dados é indicada quando o pesquisador utilizar as mais diversas fontes de pesquisas já publicadas como livros, artigos e teses.

Os principais autores que contribuíram com esta discussão foram: Camargo-Filho e Bica (2008); Bottentuit-Júnior e Coutinho (2009), Vanassi (2009), Rezende (2005), Almeida e Moran (2005), Beyer (2003), Sassaki (1998), Ripel e Silva (2003). Além dos dados bibliográficos, utilizamos documentos legais que regem a educação brasileira, tais como LDB (BRASIL, 1996); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1998); a Resolução n. 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Câmara de Educação Básica (CED) (BRASIL, 2001). No decorrer do escrito buscamos relacionar as contribuições destes autores com as discussões acerca da temática.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O final do século XX foi marcado por uma série de eventos mundiais que questionaram o modelo da integração e discutiram ações que visavam delinear um sistema educacional inclusivo. Entre esses eventos, citamos a Conferência de Jontiem, realizada em 1990, e que gerou a Declaração Mundial de Educação para Todos (BRASIL, 1990) e visava discutir ações



de garantir o acesso e aprendizado de estudantes que outrora encontravam obstáculos para o acesso e a permanência nos sistemas educacionais; e a Conferência Mundial de Educação Especial, em 1994, que gerou a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), documento que discute a inclusão da pessoa com deficiência na escola.

Esses documentos tiveram como objetivo apresentar direcionamentos para que os sistemas escolares acolhessem a diversidade de formas de aprender e promovessem adaptações que permitissem a participação e o aprendizado de todos os estudantes. Essas discussões, das quais o Brasil foi signatário, estimulou a implementação de diversas políticas públicas que tinham como intuito de promover transformações no âmbito da educação, garantir a igualdade, acesso à educação e a qualidade no atendimento à diversidade presente na escola.

Frente a essa demanda, os documentos legais que regem a educação brasileira passaram a nortear as concepções e práticas dos profissionais da educação para a implementação de práticas inclusivas nas escolas regulares. Dois anos após a divulgação da Declaração de Salamanca, a LDB nº 9.394, dedicou o Capítulo V a assegurar recursos e orientações para a implementação da Educação Especial. De acordo com a referida LDB, essa modalidade educacional deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino e tem como objetivo atender os alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGDs) e Altas Habilidades (AH) e superdotação (BRASIL, 1996). Desse modo:

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (SASSAKI, 1998, p. 8).

Em consonância com Sasaki (1998) Ripel e Silva (2003), destacam que a escola tem o compromisso insubstituível de inserir os estudantes no mundo cultural, social e científico, o que deve ser feito de maneira igualitária, sem distinção. Para isso, faz-se necessário que seja oferecido ao estudante público-alvo da Educação Especial condições que garantam o seu acesso e o aprendizado. Para isso, a LDB nº 9.394, no Artigo 59, garante que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em



virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados. (BRASIL, 1996).

Dessa maneira, notamos que a Educação Especial é a modalidade que cria mecanismos para que os estudantes com deficiência, com TGDs ou AHs possam participar da sala inclusiva, sendo atendido nas suas necessidades singulares. Nesse sentido, incluir não é simplesmente permitir que o aluno com deficiência tenha acesso à sala de aula, mas garantir seu desenvolvimento pessoal e social de maneira equânime, ou seja, viabilizar o uso de recursos, o delineamento de caminhos e o respeito às temporalidades adequadas às suas necessidades de maneira que eles possam alcançar os objetivos elencados pelos educadores.

Em face do exposto, para que ocorra inclusão é necessário que a escola se adeque às necessidades dos alunos e, neste sentido, a inclusão se configura como uma proposta transformadora tanto para os alunos público-alvo da educação especial quanto daqueles que não necessitam de adaptações curriculares e/ou outros serviços que viabilizem a interação, o desenvolvimento e o acesso ao conhecimento. Nesse sentido, possibilita desenvolvimento da cidadania à medida que os estudantes aprendem a conviver e a entender as limitações e possibilidades de si mesmo e do próximo.

Pedagogicamente, o processo de inclusão é implementado quando as ações da comunidade escolar (professores, funcionários, estudantes e comunidade) estimulam a interação e possibilitam o aprendizado entre os alunos. No entanto, os profissionais de educação, por vezes, podem sentir dificuldade em mediar o ensino de forma inclusiva. Isso ocorre, segundo Beyer (2003), porque eles não receberam informação suficiente ou formação adequada para implementar a proposta, portanto, não tiveram a oportunidade de habilidade com técnicas e metodologias pedagógicas, além da falta de condições adequadas de trabalho.

Desse modo, os professores que atuam em classes inclusivas necessitam planejar utilizando estratégias que ajudem no desenvolvimento dos educandos, para tanto, existem várias possibilidades pedagógicas, dentre elas podemos destacar o uso das TDICs, a qual abordaremos no tópico a seguir.

PRESSUPOSTOS ACERCA DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO

Entendemos por tecnologia toda e qualquer invenção que possibilite ao indivíduo a facilidade em realizar atividades simples ou complexas. Logo, o homem constantemente desenvolve técnicas e métodos para facilitar a sua vida e, dentre elas, podemos mencionar as



tecnologias digitais e a *internet* que ampliou a forma de comunicação e possibilitou o acesso a informação de maneira rápida, permitindo a produção, divulgação e o compartilhamento de diversos conhecimentos de forma ágil e simultânea.

Essas tecnologias modificam as nossas formas de vida em sociedade e, portanto, o amplo uso de aparelhos eletrônicos como *smartphones*, *tablets*, celulares, computadores, e muitos outros recursos, aliados à *internet*, possibilitam interação e diversão, além de promoverem a divulgação da informação e a construção do conhecimento.

Todavia, embora as nossas vivências e letramentos sejam marcados pela comunicação no meio digital, as práticas de ensino fixam-se em atividades dissociadas do uso da linguagem característicos nas interações cotidianas dos alunos. Essas práticas escolares são, geralmente, pautadas na exposição do conteúdo por meio da oralidade e no uso de livros didáticos divididos em blocos fixos de conteúdos e se realizam em salas de aulas agrupadas nas quais os professores se destacam no centro. Em outras palavras, ao passo que as tecnologias digitais permitem o acesso ilimitado à informação e o delineamento de trilhas de acesso ao conhecimento delineadas pelo próprio estudante, o modelo cartesiano que é um pilar do ensino tradicional ainda recebe destaque na organização e nas práticas educativas.

Ressaltamos que a inserção da TDIC na atividade educativa é insuficiente para a superação das práticas tradicionais, pois Tecnologias como *Datashow* e computadores também podem ser utilizados como objeto de instrução e exposição, ao invés de mediar a produção do conhecimento.

Portanto, os educadores precisam ser motivados a reconhecer que o uso das TDICs nas práticas educativas pode trazer imensos benefícios à aprendizagem do aluno, pois, possibilitam formas diferenciadas de ensino capazes de despertar o interesse e estimular a aprendizagem dos estudantes. Assim, inserindo das TDICs no planejamento ou práticas educativas, os professores podem criar estratégias que estimulem as múltiplas formas de aprendizagem, utilizando diferentes sentidos (tais como, visual, auditivo e cenestésica) e formas de viabilizar a apropriação do conhecimento pelo educando.

Assim, as ferramentas disponibilizadas na *internet*, como o *Podcast*, podem ser usadas como recurso didático que possibilita o acesso rápido a conteúdos multimídia, sem limitações quanto ao tempo e espaço e que são compostas de linguagens que favorecem o acesso do estudante com deficiência aos conteúdos e recursos disponibilizados. Nesse sentido, Almeida e Moran (2005, p. 63), afirmam que:



O uso da internet na escola é exigência da cibercultura, isto é do novo ambiente comunicacional-cultural que surge com a interconexão mundial de computadores em forte expansão no início do século XXI. Novo espaço de sociabilidade, de organização de informação de conhecimento e de educação.

Logo, os recursos tecnológicos que viabilizam o acesso à *internet* precisam ser inseridos na prática educativa, de maneira a oferecer aos discentes possibilidades de acesso ao conteúdo em diferentes formatos e adequados às necessidades dos estudantes, para que o educador possa promover o ensino do conteúdo de maneira simultânea à formação individual e social para o uso da tecnologia de forma ética e cidadã.

No que concerne o uso das tecnologias para as pessoas com deficiência existem duas possibilidades de uso: as tecnologias utilizadas no cotidiano, sem fins de acessibilidade inseridas na prática docente, como o *Podcast*; e àquelas voltadas criadas para favorecer a acessibilidade da pessoa com deficiência, como os aplicativos de leitura ou de tradução para a Libras do conteúdo apresentado na tela do computador. Essas últimas, chamadas de “Tecnologias assistivas/adaptativas” referem-se a qualquer ferramenta ou aparato que tem como função facilitar as atividades deste público, promovendo independência e autonomia, tais como o ábaco, impressora em braile, leitores de tela, *mouses* adaptados, teclados especiais, entre outros (REZENDE, 2005).

Diante do exposto, podemos afirmar que as Tecnologias Digitais apresentam potencial inclusivo, todavia, são efetivas quando associadas às concepções inclusivas da escola para organizar atividades que promovam a igualdade de oportunidades dos estudantes. Ressaltamos que essas ações envolvem tanto o interesse e domínio técnico do professor, quanto englobam alguns fatores que são de responsabilidade das gestões e do sistema escolar, como por exemplo, a organização dos espaços, dos momentos interativos entre os professores, a disponibilização de infraestrutura, o acesso à *internet*, etc. Em suma, a integração das TDICs nas salas de aulas torna-se uma realidade possível que envolve a disponibilidade de recursos da escola e a prática docente.

O PODCAST ENQUANTO FERRAMENTA DE INCLUSÃO PARA DEFICIENTES VISUAIS

O *Podcast* é uma mídia digital, que se baseia na oralidade e que pode ser utilizada para trabalhar conteúdos escolares ou outras temáticas de interesse do estudante. É um recurso de



fácil criação e que possibilita a distribuição de conteúdos à pessoas que tem acesso à tecnologias que permitem o acesso à *internet*.

Foschini e Taddei (2006), explicam que o *Podcast* transforma os indivíduos envolvidos em produtores e formadores de opinião, uma vez que possibilita aos estudantes a oportunidade de vivenciar experiências na esfera jornalista de rádio (na função de locutor ou produtor e de criação). Os autores explicam que ele se configura como:

Um meio veloz de distribuir sons pela internet, um neologismo que funde duas palavras: iPod, o tocador de arquivos digitais de áudio da Apple, e broadcast, que significa transmissão em inglês. O podcast tem vários programas, ou episódios, como se fosse um seriado. Os arquivos ficam hospedados em um endereço na internet e, por download, chegam ao computador pessoal ou tocador (FOSCHINI; TODDEI, 2006, p. 9).

Desta forma, o *Podcast* caracteriza-se, sobretudo, por ser propagado através de sons e isso justifica o fato de algumas pessoas confundirem esta mídia com uma rádio. Contudo, diferentemente dos programas radiofônicos, o *Podcast* não é emitido em tempo real e, por isso, apresenta especificidades, assim como outros recursos digitais assíncronas, no que se refere à sua composição e a interação com o público. A exemplo, essa ferramenta disponibiliza ao usuário a escolha de conteúdos, as vozes que melhor lhe agradam e o melhor horário para desfrutar dos áudios, uma vez que os mesmos podem ser baixados e ouvidos em qualquer hora e em qualquer lugar.

Para que possamos utilizar o *Podcast* como ferramenta no ensino, é necessário conhecermos algumas funcionalidades dessa mídia, pois, como afirma Vanassi (2007), a simples disponibilização de áudios na *internet* não significa a criação de *Podcast*. Para essa funcionalidade, são envolvidos vários processos e características, as quais o pesquisador destaca: a produção, que não exige nenhum conhecimento técnico do produtor, basta apenas possuir *internet* e computador equipado com os instrumentos necessários; a seleção do tipo do arquivo, que não pode ser muito extenso, uma vez que o usuário precisa fazer *download* dos conteúdos e nem sempre possuem grande memória no seu aparelho portátil, e também, muitas vezes, não possuem internet rápida para baixar os arquivos em tempo ágil.

Outra característica apresentada pelo estudioso é a disponibilidade, ou seja, os *Podcasts* estão disponíveis em todos os horários e dias da semana oferecendo a facilidade de o usuário acessar o conteúdo na hora que lhe for mais conveniente. E, por fim, a liberação de novos *Podcasts* deve ser informado ao ouvinte viabilizando, através de um *software* agregador, a cópia do conteúdo para o computador ou outro aparelho compatível permitindo o armazenamento dos conteúdos pelo o ouvinte/ usuário (VANASSI, 2007).



Os *Podcasts* podem ser utilizados por pessoas que buscam formação continuada, mas que não possuem disponibilidade de frequentar as aulas regulares, como também podem ser utilizados como complemento às aulas presenciais. Além disso, caracteriza-se também como uma ferramenta útil para as pessoas com deficiência visual. Assim, tecnologias como o *Podcast* podem contribuir com diferentes pessoas que apresentam necessidades diversas.

Camargo-Filho e Bica (2008, s/p) dizem que “[...] a impossibilidade de acesso ou utilização da tecnologia traz prejuízos consideráveis ao indivíduo, limitando sua capacidade produtiva e mesmo sua cidadania”. Diante disso, o *Podcast* pode se apresentar como uma alternativa para o ensino de estudantes cegos pois, de acordo com Bottentuit-Júnior e Coutinho (2009, p. 2122), o uso dessa ferramenta pode trazer como contribuições:

- a) Um interesse maior para aprendizagem dos conteúdos devido a uma nova modalidade de ensino introduzida na sala de aula (para além das aulas e recursos disponíveis através da utilização dos recursos em Braille);
- b) Um recurso que ajuda nos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos visto que os mesmos podem escutar inúmeras vezes um mesmo episódio a fim de melhor compreenderem o conteúdo abordado;
- c) A possibilidade da aprendizagem tanto dentro como fora da escola;
- d) Se os alunos forem estimulados a gravar episódios aprendem muito mais, pois terão maior preocupação em organizar um bom conteúdo e disponibilizar o material correcto e coerente para os colegas;
- e) Falar e ouvir constitui uma actividade de aprendizagem muito mais significativa do que a leitura em Braille.

Frente às contribuições do *Podcast* para a aprendizagem dos alunos cegos, torna-se indispensável à utilização de estratégias partindo do uso desta ferramenta para desenvolver a oralidade, a criticidade, o trabalho em equipe, o interesse pela pesquisa, entre outros aspectos.

Para a realização do trabalho com o *Podcast*, Bottentuit Junior e Coutinho (2009) apresentam como sugestões: a) os estudantes podem narrar os fatos mais importantes das suas vidas e gravar em áudio como forma de registro; b) criação de uma rádio em que cada aluno ficaria responsável pela gravação de pequenos episódios; c) criação de uma biblioteca digital na qual seriam disponibilizados textos em áudios gravados pelos professores e/ou alunos; d) discussão dos textos em formato de áudio, formando um fórum em formato digital; e) gravação de entrevistas feitas por alunos, professores, escritores etc, como forma de incentivo a investigação; f) a troca de *Podcast* entre as turmas, cada turma ficaria responsável pela criação de um *Podcast* e fariam o intercâmbio entre as turmas da escola. Enfim, são várias as estratégias que os professores podem desenvolver a partir do uso do *Podcast*.

Tal ferramenta permite aos alunos, a partir dos seus conhecimentos prévios, desenvolver habilidades sociais, além de autonomia, responsabilidade, investigação, sensibilidade e



empatia. No âmbito do conteúdo, os *Podcast* gravados geram novas reflexões que podem envolver conhecimentos disciplinares ou que abordem o conteúdo de maneira interdisciplinar e contextualizada. Desse modo, permite a integração entre professores e alunos, uma vez que pode gerar conteúdos produzidos com a participação de pessoas que integram diferentes grupos da comunidade escolar. Assim, o uso desta ferramenta contribui para que os estudantes cegos se sintam estimulados e desafiados a desenvolverem atividades que apresentariam uma série de obstáculos a esses indivíduos se fossem produzidas sem os recursos digitais.

Diante do exposto podemos afirmar que o uso das TDICs, em especial, o *Podcast* relaciona-se aos objetivos delineados no PCN os quais retomam os 4 Pilares da Educação para o Século XX: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (BRASIL, 1998).

Aprender a conhecer consiste em adquirir uma cultura geral ampla, de forma a desenvolver estratégias de aprofundar o conhecimento sobre assuntos diversos em uma perspectiva crítica e aprender a aprender por toda vida. Assim, o aluno cego, mediado ou não por um professor, pode aprender a delinear os seus caminhos para o aprendizado e a buscar conteúdos e recursos que atendam às suas necessidades e interesses.

Aprender a fazer significa desenvolver a competência buscar alternativas que possibilitem resolver problemas em diversas situações. Aprender a conviver com os outros pressupõe desenvolver a capacidade de compreender os outros, trabalhar em grupo, realizar projetos comuns, fortalecimento de sua própria identidade e respeito a dos outros, os alunos podem expor suas ideias, fatos, criar ou ouvir seus *Podcasts* mantendo a visão do pluralismo e empatia. No que tange o uso da ferramenta em estudo, desenvolver habilidades de trabalho em equipe é primordial para a inserção no mercado de trabalho, em especial, em profissões nas quais pressupõe a gestão de equipes e o trabalho com coletivos de pessoas, como a sala de aula.

Aprender a ser propõe fortalecer a personalidade, descobrir, aceitar e valorizar as individualidades de maneira que possa agir com autonomia e assumir responsabilidades pessoais. Perante o exposto, percebe-se que os *podcasts* tem grande potencial para integrar as práticas educativas no processo de inclusão dos alunos não videntes, inserindo-os no mundo virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



São muitas as contribuições dos *Podcasts* para o ensino, todavia, é importante ressaltar que não existe um modo único de uso dessa ferramenta, que possa ser seguida pelos professores, seja em classes inclusivas ou aquelas que não contem com estudante público-alvo da educação especial.

Essas tecnologias, por serem utilizadas cotidianamente pelos alunos proporcionam uma aproximação das ferramentas utilizadas pelos estudantes no cotidiano e podem favorecer o processo de ensino e aprendizagem. Outro ponto importante a ser frisado é que apenas a presença dos aparatos tecnológicos não é suficiente. Para que ocorra uma mudança efetiva é necessário utilizar, integrar e buscar conhecimentos acerca das tecnologias no ensino por parte dos professores e o suporte da gestão e dos sistemas escolares em disponibilizar ambientes e recursos para que os professores possam realizar as suas atividades. Nesse âmbito, a formação continuada docente, da gestão e a aquisição de recursos são ações que devem ser integradas para subsidiar práticas educativas que permitam ao estudante desenvolver habilidades de criar e consumir conteúdos no meio digital, de maneira crítica e ética.

Ressaltamos que este trabalho tem caráter introdutório e abre espaço para que outras pesquisas sejam feitas a partir da utilização prática do *podcast* no que concerne a aprendizagem do deficiente visual.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. B. de; MORAN, M. **Integração das tecnologias**. Salto para o futuro. Brasília: MEC, 2005, p. 60- 80.

BEYER, H. O. A Educação Inclusiva: incompletudes escolares e perspectivas de ação. **Cadernos de Educação Especial**. Santa Maria, v. 2, n. 22, 2003.

BOTTENTUIT-JUNIOR, J. B.; COUTINHO, C. P. **Podcast uma Ferramenta Tecnológica para auxílio ao Ensino de Deficientes Visuais**. In: LUSOCOM: Comunicação, Espaço Global e Lusofonia, 8., Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. p.2114-2126. 14 e 15 de Abril, 2009.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: adaptações curriculares. Brasília, 1998.



BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. CURY, Carlos Roberto Jamil. Legislação educacional brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL. **Decreto n. 2.208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: abril de 2020.

BRASIL. **Resolução n. 02**, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

CAMARGO-FILHO, S. F. M., BICA, F. **Acessibilidade digital para cegos**: Um modelo de interface para utilização do mouse. In Actas do XIX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 2008. Disponível em: <http://200.169.53.89/download/CD%20congressos/2008/SBIE/> Acesso em: abril de 2020.

FOSCHINI, A.; e TADDEI, R. **Conquiste a Rede**: Podcast. São Paulo: Ebook, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. In MARCONI, M. de A. et. al (org.). 7. ed. Atlas, São Paulo, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Educação Inclusiva**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Summus, 2015.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método criatividade. Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

REZENDE, A. L. A.: **Do ábaco ao Easy**: mediando novas formas de aprendizado do deficiente visual – Salvador, 2005.

RIPPEL, V. C. L.; SILVA, A. M. **Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular**. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Unioeste: Cascavel, Paraná. 2003.

SASSAKI, R. K. Inclusão, o paradigma da próxima década. **Mensagem**, Brasília, v. 34, n. 83, p. 29, 1998.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In. GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

VANASSI, G.C. **Podcasting como processo midiático interativo**. Monografia (Habilitação em Publicidade e Propaganda). Universidade de Caxias do Sul, Curso de Comunicação Social, Caxias do Sul, 2007. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/vanassi-gustavo-podcasting-processo-midiatico-interativo.pdf>. Acesso em abril de 2020.